

D. Miguel e os jesuítas: fidelidade mútua às antigas tradições 1829-1834

D. Miguel and the jesuits: mutual fidelity to ancient traditions 1829-1834

FRANCISCA M. C. BRANCO VEIGA

Universidade de Lisboa, CH-UL

francisca.veiga@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2844-6867>

Texto recebido em / Text submitted on: 14/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 30/08/2021

Resumo. Este artigo tem como objetivo procurar responder a questões relativas à segunda entrada da Companhia de Jesus em Portugal, concretamente o contexto externo e interno que lhe deu origem, os propósitos que serviu e as razões que determinaram a segunda expulsão. A autora baseou a sua análise em fontes históricas documentais inéditas e secundárias, destacando-se entre as fontes primárias um repositório de documentos do espólio documental do Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus.

Foi seguida uma metodologia cronológico-evolutiva na reconstrução do período histórico em análise, seguindo os estudos de historiadores de relevo para a história política e religiosa miguelista.

Como representante do tradicionalismo e conservadorismo, a Companhia de Jesus constituiu-se como um instrumento fundamental na afirmação dos ideais miguelistas e reforço da sua causa, mas jesuítas e miguelistas tinham o destino da sua presença traçado perante os ideais do liberalismo.

Palavras-Chave. Miguelismo, jesuítas, liberalismo.

Abstract. This article aims to provide answers to some questions related to the second entry of the Society of Jesus in Portugal, specifically the external and internal context that gave rise to it, the purposes it served, and the reasons that determined the second expulsion.

The author based her analysis on unpublished and secondary historical documentary sources, highlighting among the primary sources a repository of documents from the documentary collection of the Archive of the Portuguese Province of Society of Jesus.

A chronological-evolutionary methodology was followed in the reconstruction of the historical period under analysis, following the studies of relevant historians regarding the miguelist political and religious history.

As a representative of traditionalism and conservatism, the Society of Jesus constitutes itself as a fundamental instrument in the affirmation of the miguelist ideals and reinforcement of its cause, but Jesuits and miguelists had the destiny of their presence traced before the ideals of liberalism.

Keywords. Miguelism, jesuits, liberalism.

Introdução

Em 1759 os jesuítas foram expulsos de todos os territórios portugueses e pelo breve papal *Dominus ac Redemptor* (21 de julho de 1773), o Papa Clemente XIV suprimia a Companhia de Jesus no mundo.

A sua expulsão de Portugal fazia parte de um projeto político iluminista e centralizador para o qual a Companhia de Jesus era considerada um obstáculo. Na literatura sobre a temática dos Jesuítas portugueses exilados pelo marquês de Pombal prevalece o estudo recente de António Trigueiros, afirmando este que, “No horizonte da política regalista de Carvalho e Melo estaria a total subordinação da Igreja ao poder do Estado e a simpatia pela criação de uma Igreja nacional” (TRIGUEIROS 2016: 13).

A literatura sobre o pensamento europeu moderno faz referência a acontecimentos como a Revolução Francesa (1789) ou a dissolução do Sacro Império Romano-Germânico (1806) e a consequente ascensão do nacionalismo, como indicadores relevantes de que estava a nascer uma nova “orgânica” política e social na Europa (BAUMER 1977: 13). As explicações metafísicas do mundo já não se coadunavam com o mundo da experiência e com a consciência crescente do condicionalismo histórico do respetivo momento (BAUMER 1977; HOBSBAWM 2001; RÉMOND 1994).

Contudo, após as *Guerras Napoleónicas* e a consequente derrota de Napoleão na *Batalha de Waterloo*, as monarquias conservadoras depostas/exiladas voltam a subir ao trono, pretendendo-se o restabelecimento do princípio da legitimidade monárquica. O programa de uma *Santa Aliança* como mecanismo regulador terá então como objetivo a contenção de novos focos revolucionários.

Neste contexto, em 1814 “O mundo católico exige com unanimidade o restabelecimento da Companhia de Jesus”. Assim sustentava o Papa Pio VII, por meio da Bula Pontifícia *Sollicitudo omnium Ecclesiarum*, lida no dia 7 de agosto de 1814 na Igreja de *Gesù*, restabelecendo a Companhia no mundo. Não obstante, para muitos historiadores, como por exemplo Eric Hobsbawm, “a tendência geral, entre 1789 e 1848, foi a de uma acentuada secularização” da sociedade (HOBSBAWM 2001: 225).

Assim, em Portugal, na primeira metade do século XIX, a sociedade foi atravessada por uma série de acontecimentos – invasões francesas, domínio inglês, a revolução de 1820, a guerra civil – que despertaram, nas palavras de M. de Lourdes Lima dos Santos, uma nova *intelligentsia* cuja ideologia contribuiu para criar uma crise orgânica com a *intelligentsia* tradicional, cimentando novos discursos (SANTOS 1979: 69-115). Do lado dos governantes portugueses continuava a pesar, como refere Acácio Casimiro, uma “atmosfera de ódios e

calúnias adensada por Pombal e não dissipada por seus sucessores” (CASIMIRO 1940: 475). Após um estudo exploratório do *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa* concluiu-se que a maioria dos parlamentares desde a revolução de 1820 reassumiu os princípios regalistas estabelecidos no século XVIII por especialistas como António Pereira de Figueiredo, Seabra da Silva ou Ribeiro dos Santos, que defendiam a supremacia do poder civil sobre o eclesiástico, legitimando, deste modo, a política pombalina de dominação do Estado sobre a Igreja. Deste estudo concluiu-se, inclusive, que a propaganda negativa levada a cabo contra a Ordem dos Jesuítas continuava a ter um espaço de riquíssimo debate onde era impossível vingarem as ideias dos políticos mais conservadores, e muito menos a do regresso da Companhia de Jesus.

Neste contexto, os jesuítas eram acusados e combatidos pelos movimentos antijesuíticos, pela sua colagem aos modelos políticos e sociais do passado e pela sua luta contra a modernidade das ideias. D. João VI alegava que a memória histórica da Companhia de Jesus encontrava-se ainda muito manchada. Teófilo Braga refere-se a este assunto alegando que: “Quando D. João VI estava ainda no Brasil tentou-se trazel-o á coligação monarchica que começava pelo restabelecimento dos Jesuítas; os políticos que o rodeavam não comprehendiram o jogo...” (BRAGA 1902: 83). Embora ele e a rainha-mãe D. Maria I não fossem desafetos da Companhia, encontravam-se rodeados por um conjunto de pessoas que não sendo liberais mantinham os ideais pró-pombalinos, como Fernando José de Portugal e Castro, Marquês de Aguiar, António de Araújo, conde da Barca, e o conde de Linhares Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que pretendiam manter em vigor o alvará de 3 de setembro de 1759. Em 1832, no periódico *A Contra-Mina*, Fortunato de S. Boaventura referia as calúnias a que estavam sujeitos os jesuítas no reinado de D. Maria I:

Nem a saudosissima, e piedosissima Rainha D. Maria I, que tomava a peito o restabelecimento dos Jesuitas em Portugal, porque tomava a peito a verdadeira, felicidade dos seus Povos, conseguiu trazer novamente a este Reino, e suas Conquistas os Filhos de Sancto Ignacio! Vio-se necessitada a conter, ou reprimir os seus votos, e a deixa-los como abafados, e sepultados em seu Regio Coração ... Tanta era a força das prevenções, ou das calumnias, que ardidamente se haviam espalhado neste Reino contra os Jesuitas! (A CONTRA MINA 1832).

A rainha pretendia readmitir em Portugal os jesuítas expulsos, mas os seus conselheiros fizeram-lhe ver que tinha sido a própria Cúria Romana a extinguir essa Ordem e que esse pedido tinha vindo de várias potências europeias, para além de que a readmissão dos jesuítas em Portugal seria um motivo de censura

por parte do governo de Espanha e de França (DICIONÁRIO HISTÓRICO 1908: 817-819).

Tendo em conta a atuação política, social, educacional e religiosa da Companhia de Jesus no período até à sua extinção em 1759, pretenderam os absolutistas/miguelistas, para revigorar a Igreja, o seu restabelecimento em Portugal. O seu renascimento torna-se inteligível no quadro histórico-político e doutrinário da contrarrevolução europeia, após o Congresso de Viena. Este movimento religioso restaurador assegurava o suporte do seu sistema político na luta contra a avalanche revolucionária iniciada na França dos iluminados e pedreiros-livres.

Depois de fazer um levantamento bibliográfico do tema sentimos ser pertinente efetuar uma nova recolha de informação, mais atualizada e com uma nova perspectiva de análise que o tema merece, não realizada até hoje, tendo como enfoque principal a visão interna da Companhia de Jesus.

Esta visão interna da Companhia sobre o contexto político e social no período em análise permitiria validar as teses sobre o anti jesuitismo dominante na sociedade portuguesa, bem como sobre a manutenção dos seus ideais fortemente associados ao conservadorismo e ao absolutismo.

Podendo delimitar o estudo do objeto de análise do presente artigo, no contexto europeu, no período entre o Congresso de Viena, em 1814, e os movimentos revolucionários da década de 1830, o caso em concreto do *corpus* deste artigo foca-se no período histórico entre 1829 e 1834, ascensão e queda de um regime tradicionalista.

Como orientação na organização da nossa análise, optámos por uma metodologia cronológico-evolutiva, baseada numa abordagem interpretativa e demonstrativa do processo histórico antecedente e da causalidade desse processo na construção do período histórico-cronológico em análise.

Relativamente à escolha das fontes documentais a utilizar, seguimos uma via múltipla, a leitura e análise relativa à história da Europa e da Igreja Católica na época Moderna e Contemporânea, e o espólio documental que se encontra no arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, instrumento fundamental para o objetivo do nosso trabalho, nunca antes explorado.

Assim sendo, para Portugal beneficiamos de um ambiente fecundo, onde historiadores de relevo aprofundaram a história política e religiosa. De Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues lemos um estudo sobre a revolução e contrarrevolução na sua passagem do vintismo até ao absolutismo (TORRAL; VARGUES 1993: 65-87), e de Luís Reis Torgal o estudo sobre o Tradicionalismo Absolutista e Contrarrevolucionário e o Movimento Católico (TORRAL 1993: 227-239). De Maria Alexandre Lousada procurámos descobrir o discurso

político do miguelismo (LOUSADA 1987), tal como foi importante ler as diversas publicações de Armando Malheiro da Silva, historiador do miguelismo (SILVA 1993). Com Vítor Neto estudámos a relação entre o Estado e a Igreja neste contexto de mudança (NETO 1993: 265-283). D. Manuel Clemente publicou um conjunto de artigos sobre a Igreja e a sociedade portuguesa que se tornaram relevantes para a temática em questão (CLEMENTE 2012). António Matos Ferreira foi um investigador incontornável para o estudo da desarticulação do Antigo Regime e da Guerra Civil (FERREIRA 2002: 21-35). Na defesa do pensamento contrarrevolucionário em Portugal no século XIX, Fernando Campos, que organizou o inventário do pensamento contrarrevolucionário português, lembra-nos os autores que “... à refutação dos sofismos revolucionários dedicaram o melhor esforço da sua inteligência” (CAMPOS 1931: 32).

O estudo sobre os jesuítas, desde o seu nascimento como Ordem religiosa até à atualidade, e em particular o fenómeno anti jesuíta estudado por José Eduardo Franco foi uma contribuição importante para a História e Antropologia religiosas da Europa Moderna e Contemporânea e em particular da História da Companhia de Jesus.

Para suportar todo o processo de investigação, tivemos a oportunidade única de trazer à luz do dia um espólio documental que se encontra no arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus em Portugal, e que consideramos ter sido um recurso de enorme relevo para a nossa pesquisa, no contexto da sua primeira utilização para pesquisa histórica.

Adicionalmente, o estudo de documentos inéditos como uma pequena obra elaborada por ex missionários jesuítas em 1834 que se encontra na biblioteca da revista Brotéria, desperta o interesse para este período de seis anos, período de profundas transformações no campo político, social e das mentalidades.

Também na coleção privada da família Conefrey encontra-se um copiadador, no qual se destaca um Requerimento escrito pelos habitantes de Coimbra (de ambas as fações políticas) ao governo do regente D. Pedro, dando conhecimento do não envolvimento dos missionários Jesuítas na política do país.

Destaca-se, inclusive, nos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, um espólio documental relativo à correspondência trocada entre António Ribeiro Saraiva e diversas personalidades, como por exemplo, a Princesa da Beira, D. Maria Teresa, o Padre Provincial francês Godinot e o Duque de Cadaval, relativas ao assunto dos jesuítas em Portugal, revelando estes o interesse e preocupação das principais figuras do reino para com estes “homens de Deus”. Espólio composto por centenas de caixas e já estudado em parte por Maria Teresa Mónica.

Como resultado deste estudo, acreditamos ter cumprido o objetivo de evidenciar o alinhamento de D. Miguel e dos jesuítas no que respeita à fidelidade mútua às antigas tradições, e contribuir para a identificação de novas áreas de pesquisa no âmbito da temática em apreço.

1. 13 de agosto de 1829 – missão jesuíta em progresso

Na defesa da união entre a monarquia absoluta e a instituição eclesiástica, e num período inquietante da vida política nacional, emerge a figura de D. Miguel, que, tendo como retaguarda a bandeira da *Santa Aliança*, vem reforçar a união entre o Trono e o Altar.

Frei Fortunato de São Boaventura, Arcebispo de Évora, referia que existia o “dedo de Deus” na legitimidade de D. Miguel ao trono de Portugal, e que “o restabelecimento da Companhia de Jesus, o formidável antemural da religião, foi um facto e é uma prova manifesta de quanto D. Miguel soube organizar em seu proveito o elemento religioso” (PIMENTEL 1893: 303).

É neste sentido que D. Miguel, no decreto de 10 de junho de 1829, deixava revelar o seu anseio em encontrar nesta Ordem o apoio ao ideário absolutista:

Considerando o grave prejuizo que soffre a educação christã e a civilização dos domínios d’estes reynos, pela falta de ministros evangélicos; e querendo attende a males de tal natureza, cuja duração os tornaria irremediáveis, tendo sempre em vista o bem da christandade, e por elle a felicidade dos meus fieis vassallos, hei por bem chamar para este fim a companhia de jesus e permittir que ella se estabeleça de novo (O AMIGO DA RELIGIÃO 1853: 60).

D. Miguel sentia que as dificuldades políticas se deviam ao “grave prejuizo que soffre a educação christã e a civilização”. Os jesuítas, com séculos ligados à educação, seriam o veículo ideal para encaminhar (guiar) os jovens nos valores conservadores, baseados na “antiga tradição” (BRAGA 1902: 414).

Um dos objetivos e fundamentos da doutrinação contrarrevolucionária e antiliberal miguelista era a renovação na formação religiosa e moral dos jovens. Já quando Pio VII restaurou a Companhia de Jesus em 1814, uma das razões que deu para a sua determinação foi que a Igreja Católica pudesse gozar, de novo, do benefício da experiência educativa e da tradição pedagógica desta Ordem. Refere Auguste Carayon que “Le monarque et la plupart de ses ministres attribuent les difficultés politiques à la décadence de la foi et des meurs; ils n’y voyaient de remèdes efficaces que la bonne éducation de la jeunesse,

c'était pour cela que la Compagnie avait été rappelée en Portugal" (CARAYON 1863: 31).

No contexto internacional, D. Miguel foi reconhecido pelos Estados Unidos, pela Espanha e pela Rússia. Na Inglaterra, no dia 8 de janeiro de 1828, subia ao poder o duque de Wellington, que não era favorável aos liberais portugueses, o que levou o marquês de Palmela a afirmar a D. Pedro (imperador do Brasil): "... parece-me que se o governo britannico for levado á alternativa de escolher entre a usurpação ou a revolução no sentido opposto, propenderá antes para a primeira do que para a segunda" (PALMELA 1869: 15-16). Em 1823, com o apoio da *Santa Aliança*, o exército francês invade a Espanha e restaura o absolutismo monárquico, repondo no poder os apostólicos. Consequentemente, até 1833, o rei Fernando VII irá desenvolver uma violenta perseguição aos seus adversários, liberais e maçons.

Na França, o visconde de Martignac, fiel aos seus princípios legitimistas, era inimigo de todas as ideias revolucionárias e, em abril de 1828, preocupado com a instabilidade no Oriente Europeu, decide enviar uma força expedicionária para compelir a retirada das tropas otomanas da Grécia central e meridional e para garantir a independência grega, retirando para esse fim os seus exércitos de Espanha, onde em Madrid já se encontravam no poder os apostólicos.

Quanto ao apoio da Santa Sé, o assunto pode estar sujeito a várias interpretações. Quando Gregório XVI é eleito, a 2 de fevereiro de 1831, junto da Santa Sé estão presentes representantes das duas facções (liberais e absolutistas) que não deixam de pressionar o novo pontífice de acordo com as suas pretensões. E, a 5 de agosto desse mesmo ano, o Santo Padre expede a Constituição apostólica *Sollicitudo ecclesiarum* onde, abstando-se de se pronunciar sobre os aspetos da política portuguesa, justifica eclesialmente o restabelecimento das relações entre a Santa Sé e o Governo de D. Miguel: "Nós unicamente fazemos diligências pelas coisas que são de Cristo, como único fim a que tendem Nossos desígnios, conservando incessantemente sob os Nossos olhos o que mais pode ser conducente à felicidade espiritual e eterna das nações" (BIKER 1879: 47-55).

E foi à luz desta doutrina que o Papa confirmou os bispos apresentados por D. Miguel, resultando esta atitude, indiretamente, num reconhecimento político internacional do regime miguelista. O periódico inglês *The Corsaire* exprimiu-se do seguinte modo em relação a este assunto: "Sua santidade reconheceu finalmente D. Miguel!!! Se o não tivesse reconhecido, seria este um facto novo na história das usurpações" (*apud* LUZ SORIANO 1883: 155-156).

Contudo, o papa Gregório XVI, no consistório secreto do dia 1 de agosto de 1834, terá apresentado D. Miguel como "o rei mais Católico que tenho em

toda a Cristandade” (*apud* CAMPOS 1932: 25).

A intolerância do Sumo Pontífice para com as políticas liberais e maçónicas reforça a ação da Igreja Católica Romana contra as novas ideologias, como evidenciam alguns documentos pontifícios: em 24 de maio de 1829, do Papa Pio VIII, a Carta encíclica *Traditi Humilitati*; em 25 de março de 1830, a Carta apostólica *Litteris Altero*; em 15 de agosto de 1832, a Encíclica *Mirari Vos*, de Gregório XVI.

Assim, a Igreja Católica orientava o seu rebanho no sentido de que a vida que ela inspira é incompatível com o liberalismo, ligado muitas vezes a alguns preceitos como, por exemplo, a separação entre Estado e Igreja, sendo que a aliança entre a religião e a monarquia só sairia fortalecida de modo efetivo pela cooperação entre ambas as instituições que as representam. Para combater esta onda, o papa Gregório XVI iniciava a Encíclica *Mirari Vos*, condenando os “males atuais”.

A ideologia política miguelista era baseada no pressuposto segundo o qual a religião católica “segura os Tronos dos Imperantes” e o monarca D. Miguel “mantém a tranquilidade pública; contém os povos nos seus deveres, e abate pela raiz as comoções irreligiosas, e antipolíticas dos ferozes ateístas e desorganizadores de toda a ordem social” (LOUSADA 1987: 132-133).

No contexto político interno, o miguelismo foi também suportado pelo reforço dos conceitos e ideais do tradicionalismo político e doutrinário. Assim, entre 1823 e 1834, surge uma frente de ação contrarrevolucionária, com personagens do regime miguelista, conservadores e panfletários, como Faustino José de Madre Deus (1773-1833), Frei Fortunato de São Boaventura (1777-1844), padre José Agostinho de Macedo (1761-1831) ou António Joaquim de Gouveia Pinto (1777-1833), que espalharam a “apologia” do regime, lutando contra a maçonaria, na defesa firme da tradição.

Com os ventos europeus favoráveis, em Portugal são convocadas as Cortes à maneira antiga, e D. Miguel é proclamado pelos três estados do reino rei absoluto. Para segurar o seu Trono, D. Miguel chama novamente os jesuítas:

Don Miguel n’ignorait pas la popularité dont, après soixante dix ans d’exil, le nom des Jésuites jouissait encore sur les rives du Tage. Son trône était mal affermi, il pensa qu’en rendant à ses sujets les apôtres que Pombal leur avait arrachés, il ferait un acte aussi agréable qu’utile à sa patrie (CRÉTINEAU-JOLY 1858: 359).

Nesse sentido, o Padre Delvaux, responsável da missão portuguesa da Companhia de Jesus em Portugal, sentia que a defesa dos valores tradicionais era uma

prioridade, mostrando, ele próprio, “peu d’estime pour les idées dites modernes, et beaucoup moins encore pour le libéralisme” (CARAYON 1863: XI).

2. As missões jesuítas e a educação como base da ordem social absolutista

Os jesuítas que chegam a Portugal iniciam as suas atividades nas missões populares, na educação, na assistência espiritual aos feridos da guerra civil e nas prisões. Refletindo a sua visão elitista, irão atuar na sociedade criando um ambiente propício à instalação dos ideais tradicionais, como garantia da conservação política e social. Confessava o Superior da missão jesuíta Philippe Delvaux que existia muito jansenismo no clero, liberalismo na nobreza e corrupção em todos os lugares (CARAYON 1866: 126).

Alertados pelos seus amigos que lhes diziam “Jésuites, nous provoquerions les moqueries et les haines du libéralisme”, mas com o apoio incondicional do rei que lhes afirmava, “ils savent mes dispositions envers la Compagnie: cependant si le cas arrivait, vous pouvez compter sur moi” (CARAYON 1866: 328-329), os jesuítas criaram uma rede de locais onde iam propagar os princípios do Cristianismo, atuando como pregadores e confessores, inserindo-se em comunidades como Laveiras, Barcarena, Carnaxide, Bucelas, Belém e Vialonga.

Na missão de Barcarena, local próximo do palácio de Queluz, tinham a assistir às suas missas muita gente da nobreza: “Les gens du château vinrent en grand nombre, et plusieurs dames d’honneur des infantes suivirent exactement les exercices de la mission” (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, Correspondência do Padre Cândido de Azevedo Mendes (Provincial): fls. 1-3).

Encontrando-se protegidos pelas principais famílias da primeira nobreza como os duques de Cadaval e os duques de Lafões, que os auxiliam na sua estada e nas suas diversas missões, irão aproximar-se de uma ampla camada populacional analfabeta, sendo que os seus discursos refletirão a visão desta elite de famílias conservadoras. Por exemplo, na missão de Laveiras estes missionários recordavam essa proximidade, que era sempre muito calorosa:

S. Ex^{ca} la Duchese de Cadaval avoit *eu* la bonté de leur envoyer quelque jour auparavant des doces pour achever de les apprivoiser. [...] S. Exc. La Duchese de Lafoens avoit contribué avec la pieté ordinaire à ces petits dons, y ajoutant des Médailles, qui furent distribuées aussi mais aux membres de la Confrairie (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, Correspondência do Padre Cândido de Azevedo Mendes (Provincial): fls. 4-7).

O Núncio Apostólico, embaixador da Santa Sé em Portugal, protegeu desde o início os jesuítas em Portugal. Dando-lhes força e ânimo, afirmava com segurança, “mon palais leur servira de premier domicile”, “Hommes de peu de foi, pourquoi tant d’inquiétude?” (CHAZOURNES 1870: 184).

A missão de Carnaxide tornou-se muito especial para os jesuítas, devido à ligação afetiva que o rei D. Miguel tinha pela imagem de Nossa Senhora da Rocha. Oliveira Marques conta que Frei Fortunato de São Boaventura chamou-lhe a “primeira revolucionária”, a “emissária divina para contrariar a política vintista” (MARQUES 1996: 26), o símbolo da luta contra os ideais liberais e constitucionais, mas também da legitimação sagrada do poder miguelista, e, por conseguinte, da união entre a religião e a causa do rei. Em 1905, o maçom Faustino da Fonseca referia-se deste modo ao assunto:

A Senhora Aparecida vinha como castigo aos pedreiros livres, para, em nome de Deus, livrar Portugal da terrível seita dos maçons, da sua obra monstruosa, a constituição.

Fizeram-se romarias, em que Carlota Joaquina, D. Miguel, e a alta roda tinham o primeiro lugar.

[...] Carnaxide tornou-se o ponto de reunião dos adversários do regime liberal e o foco das conspirações, porque ahi podiam encontrar-se fóra da vigilância da polícia.

A Senhora da Rocha era a bandeira da nova cruzada (FONSECA 1905: 78-79).

Anos mais tarde, escrevendo sobre o mesmo tema, Joaquim Martins de Carvalho, redator do periódico *O Conimbricense*, encontrava-se convicto que, “... os jesuítas, ligados com D. Miguel e os seus partidários, faziam dessa invocação um instrumento da politica absolutista” (O CONIMBRICENSE 1883). A sua convicção provinha do facto do Superior da missão jesuíta ter afirmado que Deus tinha pretendido que a sua missão em Portugal “explorasse” essa devoção no reino e em seu benefício (CARAYON 1866: 276). Deste modo, a imagem da Virgem da Rocha tinha sido usada pelos jesuítas em seu proveito e através deles na exaltação do regime miguelista. Referiam os liberais que a ligação entre D. Miguel, N^a S^a da Rocha e os jesuítas tinha um único fim: a intervenção política sobre o povo, instigando este contra os ideais liberais e, desta forma, contribuindo a Virgem e os jesuítas para a dominação absoluta de D. Miguel.

Conforme descrito acima, o rei e algumas pessoas da nobreza assistiam aos sermões dos jesuítas nas diversas missões, junto da população, intervindo de forma ativa e dando um testemunho inequívoco da sua satisfação e dedicação à Companhia de Jesus. Verifica-se, inclusive, que na defesa da legitimidade

de D. Miguel no trono português, a mentalidade barroca da população desenvolvia um imaginário místico do seu Rei, tornando-se uma das forças de apoio fundamentais (LOUSADA 1997: 130). As cerimónias religiosas junto dos jesuítas serviram de contributo para legitimar o rei “Desejado” ou o rei “Salvador” (VEIGA 2019: 372-392).

Os jesuítas encontraram também o apoio na rainha-mãe, D. Carlota Joaquina, e de suas filhas, a princesa da Beira D. Maria Teresa, D. Maria Isabel e D. Maria da Assunção. António Ribeiro Saraiva, os duques de Lafões e de Cadaval e a proteção inequívoca do Núncio apostólico guiaram a empresa levada a cabo por estes missionários, confirmando-os aos olhos de todos. Foi o próprio duque de Cadaval que avisou o padre Barrelle para que no seu discurso, na Igreja do Loreto, agradecesse ao rei o restabelecimento da Companhia de Jesus, tornando, deste modo, o assunto como um ato consumado e aprovado pelo próprio monarca (CARAYON 1866: 225).

Após a preparação prévia feita por D. Miguel logo a partir de 1829 com a reorganização do Colégio das Artes e do ensino dos preparatórios, as suas atividades foram também dirigidas para aquilo que a sua formação estava tão bem construída, isto é, a atividade educativa católica e científica da mocidade, baseada nos “bons costumes”.

Os miguelistas sentiam a urgência de encontrar educadores e mestres jesuítas no ensino em Coimbra para poder conter o avanço das ideias jansenistas e maçónicas (A CONTRA-MINA 1832) e a “erradicação dos ideais liberais” (NOVO VOCABULÁRIO FILOSÓFICO-DEMOCRÁTICO 1832: 131). Em fevereiro de 1832 escrevia-se o seguinte no periódico *A Contra Mina*:

Foi Coimbra, e o foi por muitos annos a Cidadella do Jansenismo. Este acolhêo benignamente, como sempre costuma, o seu Irmão gémeo, quero dizer, o Maçonismo; e ambos entrincheirados nesta, como Fortaleza das Sciencias, promettião guardar para sempre o seu ponto central, donde se repartião para toda a Monarchia, e suas Possessões Ultramarinas os mancebos de esperanças, os homens de bem, as luzes, e as trolhas Maçonicas [...]. Tinha-se chegado a taes pontos de perversidade, e desenvoltura, que já os recrutamentos para a Ordem dos Pedreiros Livres se tractavão, e fazião a cara descoberta, e até se oferecia dinheiro aos Estudantes pobres, que ainda fieis aos sentimentos religiosos, hesitavão ou repellião indignados a mais infame, e atraiçoada proposta [...]. (A CONTRA MINA 1832: 4).

Esta ideia era partilhada pelo Superior da missão dos jesuítas, afirmando que “la franc-maçonnerie et la révolution avaient fait dit’on de Coïmbre et de

son université leur place d'armes" (CARAYON 1866: 338-339).

A dependência da instrução pública dos interesses religiosos sustentada pelo monarca era uma arma política contra os inimigos do tradicionalismo. Assim, por decreto do dia 9 de janeiro de 1832 D. Miguel entrega aos jesuítas o *Real Colégio das Artes*.

No domingo, 12 de janeiro, o rei dirigiu-se ao Colégio de Santo Antão-o-Velho, "sans être inattendu, ni annoncé, ni accompagné", para despedir-se destes religiosos, prometendo-lhes que no dia 22, no aniversário do seu regresso a Portugal, seria publicado o decreto do restabelecimento da Companhia. Esta visita deixa os missionários jesuítas muito tranquilos, levando o Padre Delvaux a afirmar "Voilà le jeune et digne roi de Portugal! A présent, vous pourrez facilement comprendre pourquoi l'enfer est déchaîné contre lui [...] q'il n'y ait quelque chose d'extraordinaire dans ce prince; pour moi, laissé comme une impression d'en haut: lumière, force et joie, et cette impression fut générale parmi nous" (CARAYON 1866: 329), confirmando, deste modo, o seu apoio e dedicação a D. Miguel. O rei, entre outros assuntos, informa-os do seu amor para com a Ordem, "dando-lhes assim nova prova da Sua Augusta benevolência", dizendo-lhes que o Colégio das Artes foi criado pelo seu Instituto e com a maior independência e por isso mesmo o que ele queria era o mesmo colégio da Companhia (GAZETA DE LISBOA 1832: 3).

No dia 18 de julho de 1832, por carta régia de D. Miguel a D. João da Assumpção Couceiro, Vice-reitor da Universidade de Coimbra, o rei pede para se proceder, antes da abertura da Universidade, a uma averiguação sobre os sentimentos religiosos e políticos da sobredita mocidade, questionando inclusive se eram desafetos à sua real pessoa ou imbuídos de princípios liberais e até aderentes às sociedades secretas.

O processo de entrega da educação da juventude à Companhia de Jesus tem o seu ponto mais alto com o decreto de 10 de setembro de 1832, no qual D. Miguel submete a Universidade de Coimbra ao Colégio das Artes (CARAYON 1866: 358-359). Neste encontra-se explicitamente escrita a necessidade da frequência de pelo menos um ano nos colégios jesuítas antes da passagem à universidade, para que deste modo possam ser previamente preparados os alunos de acordo com a "antiga tradição" (CARAYON 1863: 13). Este decreto refere, inclusivamente, a doação a esta Ordem do Colégio do Espírito Santo de Évora, e mostra a intenção de lhe entregar o Colégio dos Nobres, antigo noviciado da Companhia de Jesus e o primeiro separado das restantes casas da Companhia na Península Ibérica (VEIGA 2009).

A educação ficou integralmente na mão dos jesuítas, pois iriam ter o exclusivo do ensino em todo o reino, deixando o Superior da Missão portuguesa

muito satisfeito com este triunfo, afirmando *Et hæc est victoria quæ vincit mundum!* (CARAYON 1866: 361-367). Para o regime miguelista, a influência na juventude traria no futuro um completo domínio da toda a sociedade.

Joaquim Martins de Carvalho revela, no *Conimbricense*, o que expressavam, a respeito destes decretos, os inimigos de D. Miguel:

Diziam que Portugal tinha chegado á degradação de ser entregue o exclusivo do ensino da mocidade portugueza a uma sociedade de padres estrangeiros, que não reconheciam por chefe senão ao seu geral, também estrangeiro. Diziam que não podendo matricular-se na Universidade senão os mancebos que elles aprovassem, ficavam esses estrangeiros senhores exclusivos, não só dos estudos secundários, mas dos estudos superiores! Esperavam os jesuitas que tanta piedade de D. Miguel em lhes entregar o exclusivo dos estudos, havia de fazer inclinar a balança em seu favor, na lucta que elle tinha contra a impiedade (isto é, contra o partido liberal), fazendo triunfar o seu valoroso exercito (O CONIMBRICENSE 1887: 2).

Por outro lado, na “apologia” da união entre Rei (Trono) e Jesuítas (Altar), surge um conjunto de panfletários e polemistas, destacando-se Frei Fortunato de São Boaventura, o padre José Agostinho de Macedo e o padre Alvito Buela Pereira de Miranda, que através da imprensa reforçam os ideais do tradicionalismo contrarrevolucionário atacando a Revolução, lutando contra a maçonaria, na defesa firme da tradição e na apologia quase profética dos jesuítas. Nesse mesmo ano de 1832, um contributo de um autor anónimo reforça os dogmas político-religiosos do absolutismo implantado, escrevendo:

Jesuítas em toda a parte, e quando chegue esta epoca d’elles estarem Senhores de toda a Educação, então sim poderemos dizer que foi sepultado o Jansenismo nas ruinas do Liberalismo; e para que esta Victoria seja completa, deve ser a sua sepultura em Coimbra no Pateo da Universidade (NOVO VOCABULÁRIO FILOSÓFICO-DEMOCRÁTICO 1832: 132).

Para D. Miguel impunha-se que se tapasse os ouvidos do povo às prote-ladas promessas dos liberais, doando aos missionários jesuítas o Colégio das Artes, em Coimbra, cidade essa considerada a mais atingida pela “impiedade” devido à influência liberal entre os estudantes. Todavia, devido à instabilidade política e social constante neste curto período em que os missionários jesuítas estiveram em Portugal (1829-1834), não foi possível tornar a sua contribuição efetiva.

3. 1833-1834 – queda do regime miguelista e fim da missão jesuíta

No dia 28 de julho de 1833, D. Pedro chega a Lisboa no vapor *William the Fourth*, sentindo o apoio da população. Na *Chronica Constitucional de Lisboa* publicava-se: “Já respiramos a aura benéfica da liberdade legal; caíram os patíbulos, fugiram os verdugos; escravos ontem, somos hoje Cidadãos; já não é crime a lealdade e a honra” (CHRONICA CONSTITUCIONAL DE LISBOA 1833).

No mesmo dia, pelas quatro horas da tarde, D. Pedro dá ordem de prisão aos jesuítas. A partir deste momento seguiu-se, como menciona o P. Delvaux, uma “*Persécution spéciale contre les Pères de la Compagnie de Jésus*” (CARAYON 1866: 435).

Um ano depois, o tratado de *Concessão de Évora Monte* (26 de maio) (VENTURA 2008: 119), assinado na casa de Joaquim António Saramago e na presença de John Grant, secretário da Legação Britânica em Lisboa, põe fim à guerra civil e ao governo miguelista (CHRONICA CONSTITUCIONAL DE LISBOA 1834). D. Miguel embarca em Sines para o exílio, no vapor inglês *Stag*, em direção a Génova, no dia 1 de junho de 1834, para nunca mais regressar a Portugal (DIÁRIO DA MANHÃ 1967: 1, 3).

Num tempo de transição para a modernidade, D. Miguel sofreu as consequências das mudanças políticas europeias no combate contra os absolutismos, das revoluções liberais de Paris, e que se alastraram pela Europa. A queda dos conservadores Tories no Ministério inglês e a ascensão dos Whigs, o tratado da *Quádrupla Aliança* entre a Grã-Bretanha de Guilherme IV, a França de Luís Filipe, a regente de Espanha D. Maria Cristina de Bourbon, e os liberais portugueses, alterarão de modo significativo a estrutura política europeia. O triunfo de D. Maria da Glória significava o domínio dos ideais liberais na Europa Ocidental, em oposição à *Santa Aliança* das potências Orientais (Viena, Berlim e S. Petersburgo).

Portugal passava por uma grave crise económica, com uma extensa dívida pública, resultante da perda dos mercados brasileiros e agravada pela guerra civil, nomeadamente com os empréstimos externos. Neste contexto, a desamortização e a nacionalização dos bens das ordens religiosas, com o propósito de os pôr à venda na praça pública, acabaria por gerar receitas financeiras para o Estado, ajudando o governo a resolver alguns problemas relativos à dívida pública. Para além disso, a existência das Ordens Regulares era vista por D. Pedro como não sendo útil à religião, pois tinha consciência da incompatibilidade radical entre estas estruturas representantes do Antigo Regime e a nova ordem sociopolítica que os ideólogos da Revolução pretendiam instaurar.

A entrega total do ensino aos jesuítas foi outro ponto que mereceu a atenção dos liberais. Desde sempre que este assunto era seguido pelos liberais que se encontravam no exílio. No caso dos emigrados em Inglaterra, estes demonstravam continuamente a sua revolta contra o absolutismo miguelista e indignação perante a aceitação deste governo relativa ao regresso dos jesuítas a Portugal, e mais especificamente a entrega do ensino a esta Ordem. O maçõ e editor de um dos jornais da emigração liberal portuguesa em Londres, José Liberato Freire de Carvalho, na obra *Memórias com o Título de Annaes, para a Historia do Tempo que durou a Usurpação de D. Miguel*, exprimia a sua indignação perante este assunto da seguinte forma:

Neste mez chegou também a Londres a noticia, vinda de Lisboa, que D. Miguel tinha permittido aos Jesuitas hirem tomar posse de uma parte das suas antigas casas de Coimbra, hoje chamada o Collegio das Artes. Em consequência disto para lá tinham partido alguns indivíduos d'aquella ressuscitada ordem, acompanhados pelo mui conhecido fr. Fortunato monge de S. Bernardo o qual, como novo director da ignorância do reino, foi destinado para lhes dar a posse d'aquelle estabelecimento. A facção usurpadora, vendo-se na hora da agonia, quiz ver se ainda se podia fortificar com este velho, e já decrépito apoio do absolutismo, empregando taes instrumentos na educação da mocidade; porém o tempo em breve lhe mostrou que o remédio já vinha tarde, e que a morte era irremediável (CARVALHO 1842: 162-163).

Assim, logo que se encontrou instalado em Lisboa, o governo liberal tomou como obra vital eliminar na formação dos jovens a matriz tradicionalista e jesuítica.

A seguir foi necessário pôr fim às instituições de caráter supranacional, eliminando quem se encontrava na frente de batalha do regime miguelista, os missionários jesuítas. Estes encontravam-se organizados segundo o estatuto canónico de “Missão portuguesa da Companhia de Jesus”, diretamente dependentes do Geral da Ordem que se encontrava em Roma, e enquanto ordem religiosa eram considerados os mentores e executores da política papal, isto é, totalmente dependentes do Papa e independentes do Estado em que se encontravam.

Contudo, o duque de Bragança, ainda no Porto, tomou uma atitude de acolhimento da Companhia de Jesus no reino português (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux, 1 fl.), prometendo todo o tipo de encorajamento aos jesuítas (CARAYON 1866: 418), com a condição de que eles deveriam servir em Portugal a causa da futura rainha D. Maria (ROQUEFEUIL 1868: 559). A resposta dos jesuítas a D. Pedro não foi a esperada, afirmando

que a Companhia, sendo estrangeira, por princípios e pelo seu Instituto, era alheia aos interesses políticos de todos os países e, deste modo, continuaria sob o governo da rainha D. Maria II a procurar, apenas, a Maior Glória de Deus e florescimento da religião e da moral, sendo este o seu único fim e assim devia prevalecer junto dos governos esclarecidos (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux, 2 fls; CARAYON 1866: 405). Esta posição foi geradora da solução final: a sua expulsão do território português.

No Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus encontra-se um espólio documental único, valiosíssimo para o estudo da época em questão, e inserido no mesmo existe parte de uma carta, cujo destinatário é, provavelmente, D. Miguel, e que descreve de modo claro e evidente o reconhecimento e a gratidão que os missionários jesuítas tinham a este rei, tal como a fidelidade mútua às antigas tradições (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, Memórias pertencentes aos padres da Companhia de Jesus, fls 26-29):

os quaes [os jesuítas] bem conhecidos por terem tudo recebido em Portugal da Sua Real e magnifica vontade, não podião deixar de serem os primeiros acometidos pela tempestade revolucionaria, aonde quer q dêsse com elles. Depois de satisfeito à obrigação da justiça e de gratidão pa com aquelle verdadeiro amigo, fica uma outra imensa divida, quero dizer aquella da Ca de Jesus pa com [Vossa Magestade] (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux, fl. 103).

Uma outra carta, intensa e significativa, revela a amizade e o apoio pleno à causa deste rei, por parte do Superior da missão:

Senhor,

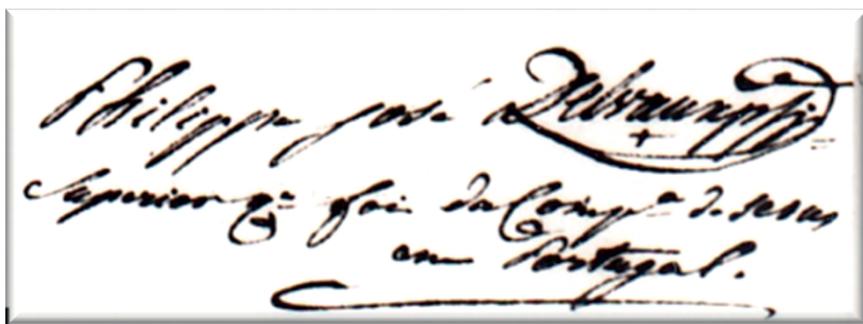
Não cabe no possivel dizer a Vossa Magestade o muito que senti os lastimosos acontecimentos qe acabão de abismar no barranco das revoluções, assim o seu Real Trono como todas as antigas e veneráveis instituições de Portugal. [...] [...] beijar lhe a mão, e banhá-la em lagrymas, se dispor da minha vontade tivesse dependido de mim; [...] depois do flagelado [...] lhe restituição ao Seu legitimo e Amado Monarca (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux, fls. 109-110).

Na estada dos jesuítas em Portugal, associada à imagem de D. Miguel, irá transparecer essa cumplicidade para com os mesmos ideais, no reforço de uma sociedade legitimadora do *status quo*, com princípios sociopolíticos estáticos, com a afirmação da tradição e do caráter sagrado do passado, baseados na re-

produção empírica e consuetudinária, isto é, nas experiências vividas, fundadas nos usos e costumes.

Dá-se outro exemplo da carta do padre Delvaux, enviada de Paris ao rei D. Miguel, no dia 30 de outubro de 1834:

... limito me a protestar a Vossa Magede qe a lembrança assim de sua augusta Pessoa como dos seus Reaes Beneficios fica p^a sempre inculpida no meu coração [...]. Amanhecerá de novo p^a Portugal o dia da Restauração e Vossa Magede terá o gosto bem como a honra de preencher os seus altísimos destinos em pról da Igreja Catholica e da Monarquia legitima (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux: fls. 109-110).

A photograph of a handwritten signature in black ink on a light-colored background. The signature is written in a cursive, calligraphic style. The first line reads "Philippe José Delvaux" and the second line reads "Superior que foi da Companhia de Jesus em Portugal." There is a decorative flourish at the end of the signature.

Carta do padre Delvaux ao rei D. Miguel. Paris, 30 de outubro de 1834 (excerto)¹.

Os jesuítas, chamados e protegidos por D. Miguel, foram os primeiros a serem expostos à avalanche liberal e por isso sujeitos a pagar com a sua própria vida. Assim o afirmava com grande nostalgia o padre Estanislau a um amigo residente de Coimbra: “é grande miséria, agente se vae esquecendo cada vez mais da língua portugueza, mas de Portugal, e d’alguns portuguezes, nunca nem sequer com a vida, da qual talvez lhe sejamos devedores!” (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, Memórias pertencentes aos padres da Companhia de Jesus, fls. 50-52.).

¹ «De Vossa Magestade [D. Miguel]
O mais humilde porem o mais
respeituoso e devoto Criado
em o Senhor
Philippe José Delvaux
Superior que foi da Companhia de Jesus
em Portugal».
In APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux, 2fls.

A Europa estava em mudança. A propagação do liberalismo e nacionalismo como ideologias punha fim às estruturas do Antigo Regime. Apenas a Rússia, a Áustria-Hungria e a Prússia, principais signatárias do Congresso de Viena, mantinham monarquias absolutistas. Em 1848, António Ribeiro Saraiva, consternado com o estado em que se encontrava a Europa, escrevia com grande desgosto: “É, todavia, um facto, que não há quase um canto da Europa em que se esteja ao abrigo da borrasca revolucionária e republicana, as únicas excepções por ora parecem ser aqui a Rússia. É triste não se ver apoio aos princípios monárquicos quase em parte alguma” (BNP, ARS, cx. 172, nº 22).

Também o historiador da Companhia de Jesus, Auguste Carayon, manifesta o seu desconsolo com o avanço das ideias liberais: “... Fribourg, Chambéry, Mélan, Le Passage et Coïmbre, après avoir appelé les Jésuites et les avoir tant aimés les virent expulser au nom de toutes les libertés modernes” (CARAYON 1863: X).

D. Pedro, tal como a maior parte dos chefes militares do seu exército, era maçom (SARAIVA 1844: 123)². Com o fim último, o triunfo dos ideais liberais, almejava apagar da memória do povo a imagem divina do “novo David suscitado entre nós pelo Céu misericordioso” (FERREIRA 1917: 450) e para isso necessitava derrubar os padres afetos à causa miguelista e os jesuítas, pois estes eram apontados como aqueles que utilizavam os púlpitos das igrejas como tribunais, com calúnias tendenciosas e os confessionários com profecias (O CONIMBRICENSE 1871: 5).

Conclusão

Este trabalho teve como propósito estudar o processo de reconstrução e queda de uma estrutura tradicionalista, apostólica e legitimista baseada na imagem ideológica de D. Miguel e no epíteto “Em Nome de Deus, da Pátria e d’El Rei”.

² António Ribeiro Saraiva na obra *Cartas Conspiradoras*, fazia a seguinte ligação: “Empoleirado o Pedrismo (ou Pedreirismo) em Lisboa”. Oliveira Marques refere-se ao poder da maçonaria na política liberal pedrista do seguinte modo: “A vitória definitiva dos Liberais, em Maio de 1834, entregou à Maçonaria a quase plenitude do poder. O ministério de Outubro de 1833 a Abril de 1834 e o que lhe seguiu, de Abril a Setembro de 1834, foram constituídos exclusivamente por maçons. Na Câmara dos Deputados, eleita em 28 de Julho e funcionando desde 15 de Agosto de 1834, a Maçonaria obteve um dos melhores, se não o melhor resultado de sempre: pelo menos 71% de participações, com percentagens de 100% para os dois círculos dos Açores e o da Madeira, de 89% para o do Algarve e de 88% para o do Alentejo. E, até Setembro, o próprio Chefe efectivo do Estado, D. Pedro IV, embora afastado dos trabalhos, era pedreiro-livre também” (MARQUES 1996: 51).

Partindo do seu título *D. Miguel e os jesuítas: fidelidade mútua às antigas tradições 1829-1834* e seguindo uma metodologia cronológico-evolutiva, verificou-se que a aclamação de D. Miguel como rei absoluto teve como contrabutos a passividade europeia e a intolerância política do Sumo Pontífice para com os ideais liberais e maçónicos. Por outro lado, para reforçar este contexto externo, D. Miguel contou com o apoio de um conjunto de personagens com um discurso ideopolítico e ideopropagandístico, que contribuíram para a manutenção do absolutismo como filosofia do Estado. Também como elo deste desiderato, D. Miguel contou com o apoio da maioria do clero regular e mais especificamente com a Companhia de Jesus como garantia da conservação política e social, contra as “ideias modernas”.

No segundo ponto deste artigo, com o título *As missões jesuítas e a educação como base da ordem social absolutista*, verificou-se que as missões e a educação eram a base principal da manutenção da ordem social e tiveram como objetivo o reforço do absolutismo régio, baseado numa cultura que não contrariava os princípios da fé que a Igreja Católica Romana estatua. A presença da corte e de diversos elementos da hierarquia católica nestas missões encontrava-se moldada para o fim a que se propunham, a legitimação do poder miguelista, tornando, deste modo, a causa da religião inseparável da causa do rei. Tendo em conta a proximidade ao rei e à sua corte, os discursos proferidos por estes jesuítas letrados para uma ampla camada populacional analfabeta irão refletir a visão desta elite. Outro ponto alto desta relação fica evidente quando D. Miguel, por decreto de 10 de setembro de 1832, submete a Universidade de Coimbra ao Colégio das Artes, entregando a educação da juventude à Companhia de Jesus. Tal como para Rómulo de Carvalho, “Seria sonho dos jesuítas que todas as crianças se sentassem nos bancos das suas escolas e que a orientação do seu ensino as modelasse de tal feição que uma por uma constituísse um esteio do pensamento filosófico que defendiam” (CARVALHO 2008: 329), também D. Miguel procurava nesta Ordem essa modelação da juventude, como obstáculo poderoso contra os enciclopedistas e iluministas (CARAYON 1866: 31).

Contudo, no dia 26 de maio de 1834, em Évora Monte, sucumbe o governo absolutista de D. Miguel. Confirmámos os contextos e pretextos que levaram à derrocada miguelista e à expulsão dos missionários jesuítas, nomeadamente devido às alterações na estrutura política europeia dos anos trinta e à consequente falta de apoio às causas absolutistas, e ao facto de o prolongamento das atividades apostólicas jesuítas junto das populações e das atividades educativas e pedagógicas para os jovens se tornarem, aos olhos dos liberais, um obstáculo claro aos seus ideais.

Na análise que realizámos, procurámos ainda tornar evidente que, em Portugal,

a missão jesuíta foi feita em função do contexto histórico que lhes foi dado viver, encontrando-se enquadrada na realidade para a qual foram chamados. Como consequência, vamos encontrar diversos ideólogos políticos e liberais que se encontravam no exílio – como, por exemplo, José Liberato Freire de Carvalho³, José Ferreira Borges, Almeida Garrett ou Paulo Midosi⁴ – a defenderem a existência de um alinhamento dos jesuítas com as ideologias miguelistas e antiliberais, associadas às antigas tradições, o que fazia deles representantes do fixismo, do ultramontanismo e causadores da decadência do reino (CARVALHO 1830: 54).

Na lógica do anteriormente afirmado, os missionários jesuítas encontravam-se presos ao seu ideal tradicionalista, de ligação ao rei que os chamou e a um modelo de educação pouco sensível à mudança que as “Luzes” implicavam na Europa, e este contexto determinou que a Ordem tinha o destino traçado perante os ideais do liberalismo⁵.

Junto do túmulo do Marquês de Pombal, o Superior da Missão Portuguesa terá dito, “La Compagnie reviendra, mais il lui sera difficile de refaire son nid”. Essa expressão, carregada de incertezas, revelava um futuro onde as bases da estrutura social e política se encontravam em devir. Passadas cerca de duas décadas verificou-se o regresso da Companhia de Jesus e com este o alvo preferido dos liberais anticlericais. As palavras do Superior da Missão foram uma premonição da nova expulsão.

Fontes manuscritas

Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus (APPCJ). *Companhia de Jesus 1829-1834*, Correspondência do Padre Cândido de Azevedo Mendes (Provincial).

APPCJ. *Companhia de Jesus 1829-1834*, Memórias pertencentes aos padres da Companhia de Jesus.

[s/ tratamento Arquivístico]

³ Veja-se as obras, *Memórias com o Título de Annaes, para a Historia do Tempo que durou a Usurpação de D. Miguel e Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo do reino de Portugal*.

⁴ Publicação de considerável influência no seio da emigração portuguesa foi *O Chaveco Liberal* [nº1 (9 set. 1829) – nº 17 (30 dez. 1829)]. Publicado na cidade londrina pelos liberais e maçons José Ferreira Borges, Almeida Garrett e Paulo Midosi, que aí se encontravam refugiados após a entrada em Portugal de D. Miguel, fazia a apologia dos ideais liberais e a defesa de D. Pedro.

⁵ Pela Portaria de 24 de maio de 1834, dirigida ao Corregedor de Coimbra, quatro dias antes da publicação do Decreto da extinção das Ordens religiosas, determinava Joaquim António de Aguiar que “d’ella saiam immediatamente, dando-lhes itinerário”, e no prazo mais curto possível se apresentassem na secretaria de estado, onde se providenciaria os meios para o seu embarque com destino ao exílio. No dia 29 de julho de 1833 tinham sido expulsos os jesuítas que se encontravam no antigo colégio de Santo Antão-o-Velho, em Lisboa.

Arquivo da Biblioteca da Brotéria (ABB). *Produções dos Padres Jesuitas, durante o tempo q estiverao na Torre de São Julião da Barra*, [documento manuscrito].
São Julião da Barra: [s.n.], Anno 1834, [s/ cota].
Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). António Ribeiro Saraiva (ARS), Cx. 172, nº 22.
BNP. ARS, Mss 100, I, n.º 145, 3 fls.
Arquivo privado da família Conefrey. *Coleção de Joseph Conefrey* [s/ tratamento Arquivístico].

Fontes impressas

BIKER, Júlio Firmino Júdice (1879). *Suplemento á Collecção dos Tratados, Convenções e actos Publicos*, tomo XXX. Lisboa: Imprensa Nacional.
CARAYON, Auguste (1863). *Documents inédits concernant la Compagnie de Jésus: Notes historiques sur le rétablissement de la Compagnie de Jésus en Portugal*, vol. X. Poitiers: Henri Oudin.
CARAYON, Auguste (1866). *Lettres inédites du R.P. Joseph Delvaux sur le rétablissement des Jésuites en Portugal, 1829-1834*, vol. XIX. Paris: L'Écureux, Libraire.
CARVALHO, José Liberato Freire de (1842). *Memórias com o Titulo de Annaes, para a Historia do Tempo que durou a Usurpação de D. Migue*, vol. 3l. Lisboa: Na Imprensa Nevesiana.
CARVALHO, José Liberato Freire de (1830). *Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo do reino de Portugal....* Paris: na Oficina Tipográfica de Casimir.
CASIMIRO, Acácio (1940). "O Governo de D. João VI e a restauração da Companhia de Jesus (1814-1815)". *Brotéria*, 31, 469-475.
CHAZOURNES, Léon de, S.J. (1870). *Vie du Révérend Père Joseph Barrelle de la Compagnie de Jesus*, 2ªed., Tomo I. Paris: Henri Plon.
PORTUGAL. *Diario das cortes geraes e extraordinarias da nacão portugueza, (1821-1822)*, 7 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
ROQUEFEUIL, F. de (1868). *Les Jésuites en Portugal*. Paris: Ed. LibrairieVictor Palmé.
SORIANO, Simão José da Luz (1866-1890). *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal comprehendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, 19 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
SARAIVA, António Ribeiro (1844). *Cartas Conspiradoras*. Londres: Schulze e Ca.

SILVA, António Delgado da (1835). *Collecção da legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações: Legislação de 1828 a 1832*, vol. VII. Lisboa: Typ. Maignrense.

Publicações periódicas

A Contra-Mina, n.º 50, de 22 de fevereiro de 1832.
A Nação, n.º 14 494, de 20 de junho de 1907.
Chronica Constitucional de Lisboa, n.º 1, 25 de julho de 1833; n.º 5, 31 de julho de 1833; n.º 124, 27 de maio de 1834.
Diário da Manhã, n.º 12828, de 6 de abril de 1967.
Gazeta de Lisboa, n.º 38, de 14 de fevereiro de 1832.
O Amigo da Religião, vol. I, série I, n.º 4, de 27 de agosto de 1853.
O Conimbricense, n.º 2485, 20 de maio de 1871; n.º 3529, de 7 de junho de 1881; n.º 3772, de 9 de outubro de 1883; n.º 4188, de 15 de outubro de 1887.

Estudos

BAUMER, Franklin L. (1977). *O pensamento europeu moderno*, 2 vols.. Lisboa: ed. 70.

BRAGA, Teófilo (1902). *História da Universidade de Coimbra*, tomo 4. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

CAMPOS, Fernando (1931-32). *O Pensamento contra-revolucionário em Portugal*. Lisboa: José Fernandes Júnior.

CARVALHO, Rómulo de (2008). *História do ensino em Portugal*, 4ª ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CLEMENTE, Manuel, D. (2012). *A Igreja e a Sociedade Portuguesa: do Liberalismo à República*. Porto: Assírio & Alvim.

CRÉTINEAU-JOLY, Jacques (1858). *Historia Religiosa, Política y Literaria de la Compañía De Jesús*, tomo 6. Barcelona: Libreria Religiosa.

FERREIRA, António Matos (2002). “Desarticulação do antigo regime e guerra civil”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História religiosa de Portugal*, 3º vol.: *Religião e secularização*. Lisboa: Círculo de Leitores, 21-35.

FERREIRA, J. Augusto (1917). *Memórias para a História dum Scisma (1832-1842)*. Braga: Cruz&Cª- ed.

FONSECA, Faustino da (1908). *El-Rei D. Miguel (Chronica popular do absolutismo)*. Lisboa: Ed. Guimarães &Cª.

- FRANCO, José Eduardo (2007). *O mito dos Jesuítas (Séculos XVI a XX)*, vol. II. Lisboa, Ed. Gradiva.
- HOBSBAWM, Eric (2001). *A Era das Revoluções*. 5ª ed.. Lisboa: ed. Presença.
- LOUSADA, Maria Alexandre (1987). *O Miguelismo (1828-1834). O discurso político da nobreza titulada*. Prova da capacidade científica apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: FLUL.
- LOUSADA, Maria Alexandre (1997). “A mobilização política em Portugal entre 1820 e 1834: alguns aspectos”, in *Actas dos 3.os Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Portugal: Câmara Municipal de Cascais, 119-144.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1996). *História da Maçonaria em Portugal*, 2º vol.. Lisboa: ed. Presença.
- MARTINS, J. P. Oliveira (1882). *História de Portugal*. 3ª ed. emendada, 2º vol. Lisboa: Viúva Bertrand.
- MONTEIRO, Miguel Corrêa (2011). *Os Jesuítas e o Ensino Médio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- NETO, Vítor (1993). “O Estado e a Igreja”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 265-283.
- Novo Vocabulário Filosófico-Democrático: indispensavel para todos os que desejem entender a nova lingua revolucionaria* (1832), tomo 2. Lisboa: na Imprensa Regia.
- PALMELA, D. José Joaquim dos Reis e Vasconcellos, duque de (1869). *Despachos e correspondência do Duque de Palmella*, vol. 4. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PIMENTEL, Alberto (1893). *A ultima côrte do absolutismo em Portugal*. Lisboa: ed. Ferin.
- RÉMOND, René (1994). *Introdução à História do Nosso Tempo: do Antigo Regime aos nossos dias*. Lisboa: ed. Gradiva.
- SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos (1979). “Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)”. *Análise Social*, vol. XV (57), 1979-1º, 69-115.
- TORGAL, Luís Reis (1993). “O Tradicionalismo Absolutista e Contra - Revolucionário e o Movimento Católico”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores.
- TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre (1993). “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 65-87.
- TRIGUEIROS, António Júlio Limpo (2016). *Os Jesuítas Portugueses exilados nos Estados Pontifícios no período pombalino e pós-pombalino*. Tese de doutoramento em História, na especialidade de História Moderna, apresentada

- à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: FLUL.
- VEIGA, Francisca M. C. Branco (2019). *A Restauração da Companhia de Jesus em Portugal, 1828-1834. O breve regresso no reinado de D. Miguel*. Tese de doutoramento em História, na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: FLUL.
- VEIGA, Francisca M. C. Branco (2009). *Noviciado da Cotovia: o passado dos Museus da Politécnica 1619-1759*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre, Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: UCP.
- VENTURA, António (2008). *As Guerras Liberais 1820-1834*. Lisboa: QuidNovi.
- VENTURA, António (2013). *Uma História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- WEBER, F. (2001). “Filosofia-Tradicionalismo”, in Charles E. O’Neill, *Diccionario Historico de la Compania de Jesus: Biográfico-temático*, vol. II. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1453.